

# **De que humanidade falar no século XXI?**

## **Pequeno ensaio sobre o selvagem, a violência, o irascível**

Sueli Souza dos Santos<sup>1</sup>

Século XXI, a humanidade chega ao novo tempo em um mundo tecnológico que nos conecta uns aos outros, em escala global. A inteligência artificial domina os interesses da ciência, buscando condições de aprimoramento da inteligência do próprio humano, na procura de melhores condições de conhecimento de nossa existência e desenvolvimento. Mundo virtual e mundo real compartilham imagens e fatos históricos, gerando informações em tempo quase real. Deveríamos estar mais próximos, fraternos em nossas relações. Não é assim?

Evoluímos com as descobertas em nossa própria humanidade, potencializando as condições de sobrevivência, a ponto de termos avanços científicos que nos permitiram mapear o genoma humano. Com isso, produzir células, órgãos, fazer transplantes de estruturas vitais do corpo humano, prevenir doenças. Também podemos criar vida em laboratórios, congelar embriões, contar com a existência de bancos de óvulos e sêmen.

Armazenamos material genético de humanos, animais e de espécies botânicas. Essa reserva objetiva o melhoramento genético, tanto para reprodução humana como reposição populacional, posto que atualmente há redução considerável de natalidade; do ponto de vista de espécies botânicas, desenvolve-se controle de pragas, assim como produção de alimentos, e reposição de florestas. Preservando o meio ambiente, poderemos em tempos futuros recuperar espécies destruídas pela ação do próprio homem contra a natureza. Deveríamos estar mais solidários,

---

<sup>1</sup> Psicanalista, membro pleno do CEPdePA, Doutora em Educação e Mestre em Psicologia Social.

cooperativos entre governos e nações, melhorando as condições de vida do planeta e seus habitantes. Não é assim? Não é bem assim.

Freud nos lembra que “[...] o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização” (FREUD, 1930[1929], p. 126.). Para o autor, o instinto agressivo tem sua matriz no instinto de morte, não sendo menos importante sua ligação com Eros, posto que andam a *pari passu*.

Dizendo de outra forma, significa que andam em passo igual, que algo é levado no mesmo passo, no mesmo andar ou ritmo. A revelação freudiana nos aponta para uma evidência assustadora, qual seja, a relação entre os humanos que funda a civilização é representada pela luta entre Eros e a Morte.

Os deuses gregos ficariam bem preocupados com a audácia dos humanos atuais. Evoluindo em seu conhecimento distanciaram-se de sua humanidade enquanto seres da linguagem, de sua condição de simbolização e atacam-se entre si. Por muito menos, como nos conta Platão no Banquete, os homens foram punidos por apenas tentarem interferir no mundo divino, querendo equiparar-se a seus poderes.

O que se construiu ao longo desses vinte e um séculos da história do mundo ocidental comprova que o humano não é mais o mesmo de sua criação. No entanto, algumas questões continuam pendentes de melhor resolução, tais como as condições de possibilidade do humano. A civilização nos distinguiu como seres da razão, da criatividade, da sensibilidade, seres desejanter capazes de, pela linguagem, acessar um mundo distinto do mundo natural.

Sabemos que humano vem de humos, ou seja, restos de uma operação metabólica. Necessariamente, quem nasce humano não vai se tornar humano, não esqueçamos dos meninos selvagens, criados sem contato humano. É preciso que haja certas condições de cuidados e inscrições do mundo da linguagem para que acedamos à condição humana. Não há uma natureza humana por si só.

Com relação a espécie humana, tomando os mitos da criação, quer do ponto de vista da religião, quer do ponto de vista da ciência, nos classificaram como homens e mulheres. Nenhuma variação. Essa diferença tomou como referência caracterial as distinções anatômicas, atribuindo-lhes condições de força e resis-

tência física ou de fragilidade ou vulnerabilidade, além é claro da distinção das condições para as possibilidades reprodutivas.

O estereótipo criado em torno da diferença anatômica e suas consequências nas relações sociais e de poder colocaram a mulher como um ser perigoso, que enfeitiça, rompe limites, cede a tentações e que faz a perdição da razão do homem. Promovendo o rompimento do pacto com Deus, por desobediência e por querer aceder ao fruto do conhecimento, o casal fundador da humanidade é expulso do mundo perfeito e sofre suas consequências. Tudo por culpa da mulher, afinal é preciso sempre haver um culpado no mundo ordenado por um ou vários deuses.

Por muito tempo, no período do matriarcado, o homem não se reconhecia como copartícipe do que acontecia no corpo da mulher que se transformava e produzia outra criatura, sendo essa metamorfose atribuída a sua ligação com os deuses. Esse fenômeno foi de difícil entendimento por parte dos homens, colocando-a no lugar de mistério. Esse mistério, por consequência, a destina dentro do bando ou na cena social em suspeição, um ser impreciso, intempestivo, talvez possuído por forças estranhas. Nunca se sabe o que esperar de uma mulher, o que pensa, o que deseja verdadeiramente.

No período patriarcal, esse poder de produzir outros seres ganha espaço de implicação entre os homens, deixando de pôr em risco a sua força viril como lugar de domínio. No embate com as forças da natureza ou pela sobrevivência e preservação da espécie, o mistério reprodutivo do corpo da mulher passa a ser entendido pelo homem como efeito de sua potência em relação à mulher. Uma diferença que resultou em reclusão da mulher ao cuidado doméstico, enquanto o homem assumia o lugar de caçador, do trabalho, da força, do poder, da conquista, da guerra.

Essa é uma leitura rápida de alguns elementos da criação da sociedade humana, sem nenhuma pretensão de ter rigor científico, histórico ou antropológico. Busco apenas introduzir algumas possibilidades de pensar os primórdios, já bem complexos e violentos da relação do humano com um ou mais deuses, e, por outro lado, da convivência dos grupos humanos, quando, supomos, ainda não havia condições claras de organização e um discurso social, mas já se inscrevia aí o desejo de preservação, perpetuação, domínio e poder.

## FEMININO, MASCULINO ≠ MULHER, HOMEM ≠ FÊMEA, MACHO

Como consequência de alguns debates, no primeiro semestre deste ano no CEP, tomo como tema as questões da sexualidade desde a mutação de foco na atualidade pelas mídias em geral e dos meios de comunicação, em especial, nos jornais e nos folhetins televisivos. Coloca-se a cada dia a necessidade de não mais assistir, passivamente, o que não cansa de se inscrever e publicizar com relação à problemática de gênero, como se costuma classificar. Evidencia-se que a sexualidade segue fazendo questão a todos nós. Principalmente que não podemos seguir entrincheirados em uma compreensão cientificista e/ou moral que divide a humanidade entre duas posições, uma normal, e outra que foge à normalidade ou que deva ser tratada como patológica.

Esse debate se dá, em todo mundo, apesar das forças conservadoras da sociedade. Uma sociedade cada vez mais intolerante, violenta, discriminatória, excludente, e que demonstra, sem constrangimento ou culpa, sua face xenofóbica, misógina, homofóbica. Na contramão dessas posições, há um movimento considerável de grupos de pessoas que lutam na defesa da demanda de mudança de sexo.

É um fenômeno que está posto como um direito consagrado, pautado na discussão das políticas públicas, tanto no sistema de Saúde, como no âmbito jurídico, àqueles que o desejarem, independente de causas específicas ou traumáticas, mas que buscam assumir os destinos de outra identidade, não biológica.

Observamos, no entanto, que na aparência de certa aceitação por parte das mídias, da inclusão do tema nas pautas em políticas públicas, em programas de todos os *gêneros*, ou seja: noticiários, programas humorísticos, reality shows, novelas, entrevistas e documentários com pessoas famosas e pessoas não famosas, esse debate tem um longo caminho a percorrer. Parece ainda produzir um desconforto ou ameaça iminente sobre as certezas que nos aliviam de uma reavaliação sobre nosso conjunto de crenças.

O que deve ser aceito ou rejeitado nos comportamentos, nas relações que se estabelecem entre pessoas com papéis sexuais que se definem sem nenhuma dúvida ou conflito com sua posição não heterossexual?

Parece que durante alguns séculos dormimos o sono da inocência, com algumas certezas: a sexualidade estava dividida entre relações heterossexuais, ou seja, o desejo aceitável entre homens e mulheres e seu consequente fim reprodutivo; e os desviantes: homossexuais, ou seja, homens que se interessam por homens e mulheres que se interessam por mulheres.

Mas a humanidade acordou de seu sono profundo de simplicidade e foi catapultada para uma evidência de que essa verdade era um sonho. Parte desta humanidade sonolenta ainda insiste, no entanto, em escancarar o recalçamento de seus medos afirmando sem cerimônia: eu nunca lembro de meus sonhos. O pesadelo é não ter mais certeza, e decretar: isso tudo é modismo, se afastaram de Deus e da fé verdadeira. Há mesmo grupos que *se travestem* de terapeutas e propõem a “cura” do homossexualismo.

Considerando um dos clássicos da filosofia, voltando ao Banquete de Platão escrito aproximadamente em 380 a.C., o texto nos conta sobre a natureza do amor, e nos surpreende, em especial, o relato de Aristófanes sobre o mito do andrógino. Ele diz que é preciso conhecer a história da natureza humana.

Relata: “Havia inicialmente três gêneros de seres humanos, que eram duplos de si mesmos: havia o gênero masculino masculino, o feminino feminino e o masculino feminino, o qual era chamado de andrógino” (PLATÃO, 1983, p. 22). Por sua arrogância, buscando igualar-se aos poderes dos deuses, são punidos por Zeus que os parte ao meio. Ao que parece, gerando a maior confusão, passando cada metade a buscar sua outra parte. Essa é uma longa história, mas, ao trazê-la aqui, visio ressaltar que o tema do sexo e do amor, muito antes da psicanálise, já atormentava deuses e humanos, além disso marcados pela castração destes últimos pelos deuses, o mito deixa claro a existência, desde tempos imemoriais, da luta de poder marcada na sexualidade.

A livre manifestação das escolhas sexuais de pessoas que se autodenominam de homossexuais, transgêneros, travestis, bissexuais traz à tona das profundezas de ADES (είναι κόλαση) grupos de justiceiros que, por algum tipo de afetação sofrida ante as manifestações libertárias da diferença, proclamam o combate e extermínio dessas pessoas. Como se, ao brutalizar alguns redutos de grupos LGBTs, promovessem uma higienização de seus próprios conflitos.

Maurício Moraes, em comentário na Revista Carta Capital de 16 de junho de 2016, afirma: “O atirador que matou 49 pessoas e deixou mais de 50 feridas em uma boate gay em Orlando, nos Estados Unidos, tinha um homofóbico dentro de si. Assim como você, que lê esse texto, também tem sua dose de homofobia. E até eu mesmo, que sou gay e já enfrentei a minha”.

Sabemos que os preconceitos, a intolerância com relação à sexualidade são aprendidos desde casa, na escola, na igreja, na mesquita, na sinagoga. Para o autor, o maior desafio em sair do armário é enfrentar a si mesmo, o que muitas vezes leva adolescentes à depressão e à tentativa de suicídio. A negação do preconceito naturaliza a morte de mais de 300 LGBTs no Brasil, só este ano.

Esse tema não se distancia da violência contra as mulheres, que são brutalizadas na intimidade do lar ou em situações públicas por supostos homens em defesa da honra, por amor, por exploração sexual e econômica ou por puro sadismo.

Estranhamente, apesar da passagem dos séculos, dando um salto em nossa reflexão, seguindo o senso comum, ou o discurso religioso, ou cientificista, ou o discurso machista, ou ante as questões sociais de poder, em pleno século XXI, ainda ouvimos manifestações ou declarações sobre a natureza da mulher, onde a anatomia parece ser destino.

Maior estranheza nos causa, quando ouvimos justificativas dessa convicção, citando os trabalhos em que Freud, por fruto da moral judaico-cristã, vigente na época vitoriana, ainda escrevia sobre a debilidade das mulheres. Seus estudos sobre a sexualidade, no entanto, ao longo de sua obra, apontam para uma reformulação de sua teorização. Não podemos justificar a nossa compreensão sobre a sexualidade apenas a partir do texto sobre as Teorias Sexuais Infantis (1905).

Seus estudos sobre a histeria, no entanto, já lhe ensinaram que as mulheres tinham o que dizer sobre suas marcas e estigmas na cena familiar e social, e que destino queriam dar às suas dores emocionais, resistindo de forma sintomática às repressões da educação, da religião, contra a nomeação de seus desejos. As mulheres aí mostravam sua força. Falar de si as empoderava. Assim Freud aprendeu, com elas, que era preciso ouvir seus desejos de libertação de seus corpos para que não adocessem. Nem todas as analisantes escutadas por Freud queriam o destino

de casar e ter filhos, mas reivindicavam seu direito de voz e decisão sobre o que ser, como ser e estar no mundo.

Por parte da ciência, elucidada a partir do próprio Freud, essa fragilidade da mulher se mostra mais complexa e imprecisa. Da mesma forma, para além disso, tomar a questão de constituição da subjetivação pela marca genética/anatômica, segundo a psicanálise, não é tão simples ou rasa assim.

A psicanálise vem, nos finais do século XIX e início do XX, pôr em dúvida as crenças e mitos sobre as condições de estabelecimento de muitas verdades científicas. O conhecimento inaugurado pela criação do inconsciente freudiano rompe com a ideia de supremacia da razão sobre os atos humanos. Freud afirma que não somos senhores em nossa própria casa, que nossos atos conscientes têm uma determinação outra, que orchestra nosso entendimento sobre os afetos e nosso estar no mundo.

O estudo da sexualidade infantil, a partir da curiosidade sobre as diferenças anatômicas, será outra novidade nas descobertas sobre a constituição do sujeito e suas manifestações na formação do inconsciente. No entanto, e apesar disso, leituras fundamentalistas do texto freudiano sobre a prevalência da inveja do pênis na mulher, muitas vezes, ainda, continuam sendo citadas como verdades definitivas para a época em que vivemos. A inveja da marca constitutiva define seu destino como ser irremediavelmente falhado, inferior em relação a outro.

Ao homem parece que o medo da castração determina em que membro se reduz seu valor masculino. O entendimento sobre o objeto, como sendo a coisa em si (*Das Ding*), parece colocar o falo atribuído ao membro masculino, e, portanto, quem tem um pênis '*tem a força*', lembrando o personagem de ficção de Spielberg, com sua longa espada de luz.

Talvez possamos pensar que, de parte desses leitores, a serpente do desejo de poder machista continua em digestão, não engolindo a nova verdade; qual seja? que ter um pênis não equivale a ter o falo. Dizemos em psicanálise que ser feminino e ser masculino não nasce com o ser biológico. Muito pelo contrário, o corpo biológico é um estranhamento ao sujeito.

Por que estranhamento? Porque o corpo, precário em sua maturação, sempre em transformação e por vir a ser em sua constante mutação, o corpo em si, não

tem uma identidade própria que o faça satisfazer a Outro, um ideal, tampouco um eu ideal. Se, como diz Freud, com a invenção do inconsciente, não somos senhores em nossa própria casa, também podemos pensar que não somos donos de nosso corpo, posto que o que atribuímos a ele, como nosso, é fruto do que supomos ser um objeto de desejo para Outro, sempre em desacordo em nossa sala de espelhos.

Ao longo da vida de um bebê, é preciso tempo para que amadureçam fisicamente seus músculos, seus hormônios, seu sistema neurológico, sua percepção. Onde se inscrevem as sensações de prazer e desprazer, o corpo pulsional, sexual, precisa de tempo para que acesse às representações, que aí se marquem e ganhem sentido na linguagem, se traduzam em palavras.

Na adolescência, a explosão do crescimento rompe com o corpo infantil passando a uma transformação radical. Mudando de relação com sua imagem de corpo infantil, mas principalmente com suas definições sexuais, com suas escolhas na contramão da lógica da anatomia como destino.

A chamada vida adulta nos confronta com uma luta constante entre a imagem que definitivamente não se reconhece e um eu que não tem mais a plenitude das fases anteriores. O envelhecimento sempre encontra um estranho no espelho, não havendo como remediar a passagem de um tempo que se esvaiu como uma vertigem, nos escapou.

Dizemos em psicanálise que a materialidade corporal só cria sentido enquanto manifestação de um *eu* que se nomeia imaginariamente por *eu* sou ou *eu* sou isso, ou *eu* me chamo fulano, ou *eu* pertencço a tal filiação, *eu* realizei tais feitos ou *eu* não consegui realizar, ficou por fazer. Tentando uma identidade, busca no elenco do que supõe ser seu estar no mundo, significar algo para outro, um Outro. A marca genética corporal não diz do *eu* enquanto sujeito.

## **QUAL TUA IDENTIDADE? NEGAÇÃO/DENEGACÃO**

Apesar disso, a negação com que esse tema é tomado na sociedade atual, assustadoramente conservadora, segue repetindo bordões sobre as diferenças que não estão implicadas no respeito pela diversidade, mas em cristalizar lugares de



discriminação. Os resultados nos processos de subjetivação continuam fazendo estragos na vida das pessoas há muitas gerações. Essa não é apenas uma questão da contemporaneidade. O sofrimento psíquico infligido pela manutenção da discriminação que estratifica papéis de desempenho genital, na crença da superioridade fálica, marca na genitália, de forma equivocada, imaginária, seu papel na cultura.

Questões de transgênero, bissexualidade, homossexualidade, travestismo estão presentes na história da humanidade, muito antes de qualquer discussão antropológica, sociológica, religiosa ou psicanalítica. Sabemos que na Grécia antiga estas questões estavam presentes na relação entre deuses e humanos. Em alguns momentos, os artifícios de sedução entre eles eram encarados sem nenhum problema, posto que, aos deuses, em suas realizações de desejo pelos humanos, tudo era possível e permitido.

Por vezes, no entanto, por práticas de puro poder e desmandos, que envolvessem intercursos sexuais, eram punidos. No entanto, não havia aí uma questão moral, mas o que era punido era o rompimento com relação aos códigos de respeito à hospitalidade, como aconteceu com Laio, ou do reconhecimento das normas de cada sociedade, como com Édipo, que não buscava a verdade, negando elucidar o crime contra o rei de Tebas. Havia aí maior preocupação com a ética da convivência e respeito entre poderes do que de cunho de uma prática sexual.

Alexandre, o grande, rei da Macedônia, nascido em Pela em 356 a.C., sucedeu a seu pai no trono com 20 anos de idade. Ele passou a maior parte de seus anos no poder em uma série de campanhas militares sem precedentes através da Ásia e nordeste da África. Até seus 30 anos, ele havia criado um dos maiores impérios do mundo antigo, que se estendia da Grécia para o Egito e ao noroeste da Índia. Morreu invicto em batalhas, e é considerado um dos comandantes militares mais bem-sucedidos da história. Alexandre foi orientado pelo filósofo Aristóteles até os 16 anos.

Para Alexandre, não havia qualquer forma de proibição ou impedimento à plenitude da sexualidade. Sua busca de prazer abrangia todas as práticas que estiveram ao seu dispor; e todos os homens, em longas guerras e em meio a tanta violência, faziam de seu prazer sexual uma possibilidade de encontrar alguma satisfação e repouso perante tanto flagelo e morte.

As práticas sexuais, como destino de busca de satisfação e alívio das contingências violentas do mundo das guerras e conquistas, estiveram presentes em todos os períodos da história da humanidade. A culpa em relação à diversidade da busca do prazer sexual, estratificando quem teria ou não licença para seu desejo se associa a uma posição de poder.

Ao longo dos séculos, os humanos nunca deixaram de fazer de sua sexualidade um elemento de importância fundamental para a sobrevivência da espécie, do domínio, do prazer e do controle social. Talvez a grande diferença para nosso tempo é que temos acesso a todo tipo de informação de forma tão vertiginosa como respirar.

Os temas atuais das questões sexuais, ou como se possa pensar, da nova sexualidade, é que ela não é nova. Apenas não é possível mais negar que a diversidade da sexualidade humana, como diz Freud, perversa polimorfa, pois infantil, é constitutiva dos processos de subjetivação. Não há mais uma crença que normatize definitivamente que ser mulher ou homem seja o mesmo que dizer menina ou menino, tampouco é uma injunção determinada pela anatomia.

No entanto, apesar das grandes conquistas da humanidade, ao longo de sua história; apesar das descobertas científicas sobre o corpo e seu funcionamento, ainda não é possível aprisionar o corpo pulsional em uma camisa de força ideológica ou religiosa que impeça as escolhas de como cada um vai se subjetivar e constituir seu *eu*.

Apesar disso, seguimos nos surpreendendo com manifestações de massa, que evidenciam o quanto algumas questões de intolerância, preconceito, moralismo, credence insistem em se mostrar, como um espectro que habita insistentemente o sótão de tantas marcas de retrocesso da cena social na contemporaneidade.

Até quando se negará que a diversidade e a falta de limite para o desejo humano são do humano, e não de um papel determinado pela marca anatômica biológica? Aos que gostam de citar Freud, está claro que o mestre afirma, como um mantra: "... a sexualidade humana é infantil, a sexualidade humana é perversa".

Até quando a discussão passará pela diferença anatômica, possibilidade de engravidar, fragilidade muscular e emocional da mulher, suas alterações hormonais e consequente descontrole de humor ou necessidade de falar e fantasiar?

Até quando a discussão passará pela diferença da praticidade dos homens, sua capacidade de resolução de problemas, objetividade e força física, o que justifica, no mundo do trabalho, terem salários maiores que as mulheres com funções equivalentes? Até quando vamos seguir discutindo e vitimizamos a mulher e demonizando o homem por esse estado de coisas?

No cotidiano de nossa sociedade tão evoluída, tecnológica, performática, científica, por que ainda seguimos traços, marcas de estratificação de modelos falsamente identificatórios, classificatórios e discriminativos com tanta singeleza? Outras perguntas insistem, tais como:

Por que seguimos contratando apenas mulheres para serviços domésticos? Por que seguimos ensinando as meninas a serem *coquetas* e preocupadas com imagem, com roupa, com joias? Por que não presentamos os meninos com brinquinhos ou anéis e correntinhas de ouro quando nascem?

Por que seguimos determinando cores azul e rosa para meninos e meninas? Por que continuamos estranhando meninos gostarem de dança, música, poesia e teatro, e achando que a prática de esportes radicais é violenta para meninas?

Por que meninas continuam engravidando com 12 anos e são acusadas por serem irresponsáveis, fáceis ou coisa pior? Por que aos meninos nenhuma responsabilidade lhes é imputada quando uma menina engravida, sendo mesmo festejados por ser prova de macho? Por que o silêncio ainda *protege* os abusos sexuais domésticos em qualquer classe social?

Será que estamos falando de diferença anatômica ou de diferença de atribuição de valor no laço social? Se estamos no século XXI, por que seguimos discutindo questões que estavam no início dos movimentos feministas, e, no entanto, afirmamos que avançamos na luta pela igualdade de direitos civis, nas conquistas no mercado de trabalho e na liberdade sexual?

Existe alguma possibilidade de chegarmos a uma sociedade perfeita? O discurso de erradicar a violência, o machismo, a desigualdade, a discriminação é um discurso de purificação da humanidade. Nessa perspectiva, a única saída é a frustração, posto que é desconhecer que o humano é marcado em sua constituição subjetiva por forças pulsionais que reagem às demandas inconscientes. A possibi-

lidade de ser desejan­te é o atestado da castra­ção, de uma história con­struída em um laço com o Outro.

A questão que insiste não é como mudar o que está aí, se apesar das lutas até agora empreendidas não conseguimos romper com o atávico primitivismo que nos implica no consentimento de submissão a um discurso que nega as diferenças. No entanto, nem sempre somos vigilantes com a ambiguidade de nossa própria narrativa e de nossa prática no convívio social, seja no cotidiano da vida privada, nas relações familiares, nos grupos de convivência ou no trabalho, onde os pequenos gestos de discriminação ocorrem como se nada fossem.

### **FORACLUSÃO DO NOME DO PAI, QUAL O LUGAR DA MULHER NO HÚMUS DA CIVILIZAÇÃO?**

Sabemos que na formação do *eu*, quando não há espaço para o reconhecimento da castra­ção, o limite assegurado pela palavra, pela lei, não tem lugar como regulador de valor das relações sociais. Assim, a ausência de uma palavra plena deixa o *infans* à deriva quanto ao seu lugar no mundo. Há que se instituir um lugar de lei que a todos regule e garanta a possibilidade de convívio do laço social.

Quando isso falha, quando não há lei para todos, quando a palavra não tem outro valor a não ser de moeda de troca, de mercadoria a ser negociada, o que construímos é uma horda, onde quem tem o poder é quem estabelece as normas. Essa lei sem limites, sem ética, sem escrúpulos, resulta da foraclusão do nome do pai. A ausência ou a denegação de uma lógica onde o limite não é mais atribuído aos valores de um coletivo, seja ele o conjunto da sociedade ou de seus representantes, abre espaço para o cinismo coletivo.

Todos se julgam acima de qualquer suspeita, do bem e do mal. Todos têm razões para ser, fazer, julgar o que for e quem for, sobre um outro (*a*) com *a* minúsculo. Esse objeto (*a*), enquanto um objeto imaginário, pode assim ser negociado como mercadoria. A palavra sem valor, mas como instrumento da cumplicidade dos favores econômicos, é paga regiamen­te na perspectiva de auferir ganhos. A ganância sem limites garante aos negociadores direito de vida e morte. As leis que governam os destinos de um país, de sua população, de controle social sobre o

que é permitido, o que é proibido ou sobre uma elástica e flexível moral e ética, ficam à mercê dos piratas que formulam os acordos, as leis e sua aplicabilidade. Em caso de dúvida, muda-se a lei.

O leitor pode estar se perguntando o que esse subtítulo (“Forclusão do nome do pai, qual o lugar da mulher no húmus da civilização?”) tem a ver com o tema da psicanálise? O que isso tem a ver com a sexualidade? Qual a relação entre a violência contra a mulher ou as questões diversas de identidade de gênero?

Pois bem, não podemos pensar que as questões da formação do inconsciente são temas teóricos, fora do cotidiano que vivemos em sociedade. Ou a teoria do inconsciente só tem sentido entre as quatro paredes de um consultório e instrumentaliza o pensamento psicanalítico aplicado apenas ao que se refere ao sofrimento individual, pessoal, egoico?

Decididamente, tanto Freud como Lacan ampliaram a abrangência desse campo de saber. A subjetivação se constitui na suposição do intercurso com o Outro. O sujeito do inconsciente se inscreve em um *eu* que é forjado pela demanda de desejo do outro, Outro. Se assim é, como supor que o social não seja afetado e afete ou implique a cada um?

Digo-lhes que não há exceção nas determinações das forças inconscientes. Assim, o instinto de domínio e poder é o húmus da sociedade. Suas representações no jogo de poder estão sempre presentes na constituição dos “Aparelhos Ideológicos de Estado”, parafraseando o título do texto de Althusser (1985).

Neste texto magistral, o autor desenvolve sua concepção das reações entre ideologia e instituições, onde a sujeição ao poder instituído, em suas diversas representações, ou seja, instituições em sua superestrutura e no contexto das relações entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, a reprodução de condições econômicas, políticas e ideológicas, não pode ser independente, tampouco sem consequências para a sociedade como um todo, portanto, nos afeta a todos na vida privada e pública, enquanto indivíduos e seres sociais.

No plano social, tomando a realidade dos tempos atuais, em nosso país, podemos lembrar as manifestações e o tratamento dado ao afastamento da Presidente da República. Uma mulher. Essa mulher, uma pessoa que, como tantas outras de nossa história recente, esteve na luta pela democracia no período da ditadura

militar. Neste período lamentável nas páginas da história recente do Brasil, essa mulher, por acreditar na liberdade de autodeterminação dos povos e do povo brasileiro em especial, foi presa e torturada pela junta militar nos anos 1960.

Independente das circunstâncias e motivações de seu afastamento atual do cargo da Presidência da República; independente da legitimidade das manifestações contra e a favor desse processo, nos causou um profundo espanto alguns cartazes que, para nós, analistas, podem nos interrogar sobre a força da violência que se alberga em nós, e se crê impune nas manifestações do mais primitivo que nos habita.

Duas fotos publicadas na mídia mostravam cartazes trazidos por algumas mulheres. Tinham dizeres espantosos, principalmente por serem exibidos por mulheres. Um deles, levado por uma senhora de cabelos brancos, talvez mãe, talvez avó, bem vestida, em plena Avenida de Copacabana, dizia: “Dilma, pena que não te enforcaram no Doi-Codi”. Como sabemos, a presidente ficou presa por dois anos durante o regime militar, período em que sofreu tortura na prisão. Outro cartaz, empunhado por duas mulheres, também no mesmo evento e lugar, dizia: “Por que não mataram todos em 1964?”

Eram mulheres parecendo contemporâneas, em idade, da pessoa interpelada no cartaz. O que motivou o desejo de morte de uma mulher que havia, quando jovem, enfrentado a junta militar e os sistemas de controle social da polícia política? Já passados mais de cinquenta anos dessa prisão, por que o ódio ganha agora um espaço de manifestação pública, como se houvesse uma dívida a pagar por haver sobrevivido a um ato, o golpe de 64, contra o povo brasileiro? Em que medida as pessoas que empunhavam esses cartazes tinham alguma ou qualquer reflexão sobre a violência desse gesto e se colocavam do lado dos torturadores, violadores de seus próprios direitos de liberdade?

A imagem dessas mulheres, expondo com orgulho seu desejo de morte em cartazes, me fez lembrar Shakespeare (2012), em *O Rei Lear*, quando o Bobo, falando ao rei, lamenta sua loucura e diz algo como: pobre rei Lear que ficou velho antes de ficar sábio (p. 40).

Por que essas mulheres não foram às ruas para exigir respeito à democracia, ou esclarecimento dos fatos denunciados, ou que a verdade prevalecesse sobre o

conjunto de versões de questões que deixavam a sociedade perplexa? Por que em nenhum momento foi posta em questão a versão de um grupo de parlamentares que sempre esteve ao lado da ditadura, dos coronéis, dos grupos estrangeiros que controlam as economias dos países em desenvolvimento, impondo uma política de exploração vampiresca à vida das pessoas, por um lucro sem limites?

Isso também envolve as questões de violência contra a sociedade e o contingente imenso de mulheres que tem que sobreviver trabalhando em muitas jornadas, a exploração do humano sobre o humano. Ou não será assim?

Nas manifestações legítimas, também há espaço para diversidade. Diversidade, no entanto, não é sinônimo de legitimidade da violência e desejo de destruição. Relembrando o Bobo: “(Para o Público) Moças aí que são virgens; E riem destas tiradas, entendam bem o que eu digo; Ou não serão desvirginadas” (p. 41).

Por que o ódio é essa palha seca que queima fácil, ao sabor de qualquer fagulha de poder? O que faz com que na anomia da horda assumamos o ‘lado escuro da força’, supondo que estamos protegidos do mal, nos somando a ele? Por que é tão fácil nos inflamarmos por emoções destrutivas, perdendo a capacidade de nos interrogar das várias versões dos fatos midiáticos que nos afetam, nos fragilizam?

O que nos diferencia das sanhas nazifascista ou fundamentalista-terrorista, quando pela força, e camuflados na multidão, reforçamos o coro de palavras de ordem de destruição dos diferentes de nós? Nos refugiamos na pantalha das redes sociais, mas equivocadamente revelamos nossa verdadeira face.

O mal-estar está no ar. Como respirar sem nos contaminarmos com o veneno da desmedida em bando, o ódio por nos sentirmos falhos, frágeis, desamparados em frente a algo com o qual não podemos lutar, mas que precisa desesperadamente de um inimigo para fazer a malhação de Judas. Pensando a afirmação anterior, um pouco mais, o mal-estar não está no ar. Nossa contaminação se deu na primeira aspiração vital. Até quando seguiremos tentando negar nossa falha fundante, fundamental, nossa castração que nos torna definitivamente desejantes, humanos, não deuses normopatas?

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREUD, S. (1930[1929]). O mal-estar na civilização. In: \_\_\_\_\_. **Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição Standard Brasileira, 21)
- MORAES, M. O homofóbico dentro de cada um. **Carta Capital**, São Paulo, 16 jun. 2016. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-homofobico-dentro-de-cada-um>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- PLATÃO. O banquete. In. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SHAKESPEARE, W. **O Rei Lear**. Porto Alegre: L&PM, 2012.